



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Local: Rua Comandante Carlos Alberto ,198 Jardim Vilas Boas

Data: 28/06/2018

Horário: 8h30m

1 Aos vinte oito de junho de 2018 realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da
2 Criança e do Adolescente na sede da Igreja Nova Aliança. A presidente Rejane inicia a reunião dando
3 boas-vindas. **Justificativa de ausência:** Amanda Boza Carvalho, comunicou o seu suplente Jeferson da
4 Secretaria de Governo, Lidia Loback em razão de problemas de saúde e Jucelei devido a conflito de
5 agenda com aula do Mestrado solicitou a sua suplente Silvana Valentim: **1.Capacitação sobre X**
6 **Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Josiani vice presidente do CMDCA,
7 faz os agradecimentos pela presença de todos. Inicia sua fala apresentando a pauta sobre a temática da
8 X Conferência “Proteção integral, diversidade enfrentamento à violência”. Josiane justifica as ausências
9 de dos conselheiros de direito, e inicia a composição da mesa com os palestrantes que tem como
10 temática a **Capacitação sobre a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente** informando
11 que se trata da reunião ordinária do CMDCA no dia 28/06/2018 que tem como pauta única a capacitação sobre a
12 Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Relata que a Comissão Organizadora da
13 Conferência em acordo com a Mesa Diretora do CMDCA, definiram a Capacitação, seu formato como uma mesa
14 redonda, o tempo reduzido para exposição dos palestrantes e a oportunidade de debate junto aos participantes.
15 Cada palestrante terá um tempo delimitado para apresentação do tema proposto, suscitando aos participantes a
16 reflexão sobre a realidade vivenciada no Município de Londrina, de modo, a subsidiar e instrumentalizar para a
17 realização de Conferências Livres e Pré-Conferências. A dinâmica da capacitação, após a exposição dos
18 palestrantes será dada a oportunidade para apresentações de questões aos integrantes da mesa através de
19 formulário específico. O público convidado são os conselheiros de direitos da criança e do adolescente,
20 conselheiros tutelares, trabalhadores dos serviços públicos governamentais e não governamentais de
21 atendimento à criança e ao adolescente, representantes de movimentos sociais, ONGs, Igrejas, dentre outros
22 interessados no assunto. Tendo como palestrantes e tempo de fala: **Mesa Redonda.Tema central da Conferência:**
23 **Proteção integral, diversidade e enfrentamento à violência – (25 min.)** *Josilaine Aleteia de Andrade Cesar.*
24 *Promotora de Justiça. 22ª Promotoria do Ministério Público do Paraná.* **Mesa Redonda:Eixo I: Garantia dos**
25 **Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social – (20 min.)** *Jaqueline Ferreira. Socióloga, Mestre em*
26 *Ciências Sociais. Núcleo Regional de Educação de Londrina. Secretaria de Estado da Educação do Paraná.* **Mesa**
27 **Redonda:Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes – (20 min.)** *Flávia*
28 *Fernandes de Carvalhaes. Psicóloga. Doutora em Psicologia. Mestre em Psicologia Social. Centro de Referência*
29 *Especializado de Assistência Social (CREAS 2). Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina. Prefeitura*
30 *do Município de Londrina.* **Mesa Redonda:Eixo III: Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e**
31 **Adolescentes – (20 min.)** *Gisele de Cássia Tavares. Assistente Social. Mestre em Serviço Social e Política Social.*
32 *Gerência de Informação. Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina. Prefeitura do Município de*
33 *Londrina.* **Eixo IV: Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes – (20 min.)**
34 *Reinaldo César Zanardi – Jornalista. Doutorando em Estudos da Linguagem; Mestre em Comunicação e*
35 *Especialista em Saúde Coletiva. Docente do Curso de Jornalismo da UEL.* **Mesa Redonda:Eixo V: Espaços de Gestão**
36 **e Controle Social das Políticas Públicas de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e**
37 **Adolescentes – (20 min.)** *Marco Antonio Rocha – Assistente Social. Doutor em Serviço Social e Política Social.*
38 *Mestre em Serviço Social. Especialista em Programas de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de*
39 *Risco. Ministério Público do Estado do Paraná.* A abertura para debate pela plenária será das 10 horas e 45
40 minutos as 12 horas .Na sequência Josiane passa a palavra para a A Promotora Josilaine Aleteia que inicia sua
41 fala com apresentação quanto apontando questões da primeira infância, especificidade no monitoramento e

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

42 coleta de dados para ações mais eficazes para atendimento a criança e adolescente e meios de articulação da
43 rede de proteção, principalmente quanto a proteção de crianças de 0 a 6 anos que tem aumentado o número
44 de casos de violência. E finaliza dizendo que disponibilizara para ao CMDCA um vídeo sobre a questão do afeto
45 positivo que deve ser incorporada em todos os serviços da rede serviços. E da importância das políticas públicas
46 terem um olhar para a Primeira Infância. A Presidente do CMDCA Rejane ressalta que o propósito desta
47 capacitação e subsidiar a realização das conferências livres e pré –conferências, informa que poucas conferências
48 livres foram realizadas e solicita a deliberação dos conselheiros de direito para a prorrogação das conferências
49 livres até o dia 14/07/18, que foi aprovado por unanimidade pela plenária. Rejane passa a palavra para Jaqueline
50 do Núcleo Regional de Educação para retomar a capacitação, inicia sua fala informando que fará sua
51 contextualização com base no eixo I da Conferência que trata da inclusão social e garantia de direitos. Tendo como
52 base a pergunta norteadora proposta pelo material da Conferência: Como fazer a articulação intersetorial entre
53 as políticas públicas? Reforça sua fala dizendo que a intersetorialidade ainda não é efetiva permanece
54 desarticulada e fragmentada, mesmo com ações para promover o rompimento destes pontos. E que por vezes as
55 ações são levadas para âmbito pessoal e isso também é um processo que precisa ser rompido através da
56 intersetorialidade. Aponta que trabalho da rede de serviços tem alguns enfrentamentos a serem superados. Na
57 sequência, Rejane agradece a fala da Jaqueline e convida a palestrante Flavia Fernandes Carvalhaes que inicia sua
58 fala sobre o eixo II – Prevenção e enfrentamento da violência contra criança e adolescentes. A palestrante
59 relata sua experiência no CREAS 2, quanto a morte de adolescentes desde a implantação deste serviço
60 municipalizado. Aponta que neste país a questão de classe e raça são fortes e que isso influencia nos olhares e no
61 extermínio de jovens negros, e nas pessoas tidas anormais por essa sociedade. E que a nossa sociedade culpabiliza
62 esses indivíduos. E que os trabalhadores sociais devem a todo momento entender e refletir sobre as
63 vulnerabilidades apresentadas pelas pessoas atendidas e por consequência esse entendimento baliza sua prática
64 profissional. E que ao focarmos nesse processo de culpabilização para vulnerabilidades teremos muito trabalho e
65 cita o vídeo da USP “Criança alma do negócio” e que traz muitas reflexões importantes quanto a essa temática,
66 inclusive sobre como articular o livre consumo das crianças ainda que estas não dispõem de discernimento para
67 reflexão sobre o consumo. Relata que segundo o Mapa da Violência os dados apontam o aumento de
68 extermínio de jovens negros, adolescentes transexuais e bullying. Ressalta que políticas públicas não avançaram
69 principalmente para adolescentes, principalmente na política de saúde mental, e que devem ser implementados
70 ações de esporte e cultura com o efetivo trabalho que atendem as necessidades das crianças e adolescentes mais
71 vulneráveis. Termina sua fala apresentando um trecho da música do Rapper Criolo que aponta a questão do
72 tráfico e extermínio nas comunidades pobres. Rejane agradece a fala da palestrante Flávia e faz alguns informes
73 sobre a entrega do material da conferência e formulário para inscrição de perguntas para o debate. Em seguida
74 abre para a fala da palestrante Gisele Tavares sobre o eixo III – Orçamento e financiamento das políticas públicas.
75 Gisele inicia dizendo que o orçamento é espinha dorsal para ações dentro das políticas públicas, mas que ao longo
76 do tempo as políticas para crianças e adolescentes foram negligenciadas. E traz algumas perguntas para debate:
77 Que o orçamento e financiamento são diferentes e que todos devem se apropriar para que se garanta a execução
78 de ações com crianças e adolescentes? E que precisamos ter olhar para contexto da realidade e necessidade de
79 um diagnóstico da situação?. E que não podemos tolerar que nossas crianças e adolescentes sejam afetadas
80 diretamente pelo não financiamento de políticas e de ações, e que muitas vezes estamos violando e
81 negligenciando os direitos dessas crianças e adolescente ao invés de financiarmos ações que garantam sua
82 proteção social. Relata que o município de Londrina fez a adesão a metodologia da ABRINK do Prefeito Amigo
83 da Criança e com isso executa o Orçamento Criança sendo esse um desafio para os conselheiros de direito do
84 CMDCA a compreensão das especificidades desta metodologia e do entendimento sobre o orçamento público.
85 Aponta que todo o orçamento público sofrerá com o congelamento de 20 anos de reajustes sancionado pelo
86 Governo Federal, e que isso terá impactos nas despesas primárias que são as ofertas de serviços para a população.

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

87 E segundo ponto deste congelamento que devemos ter o entendimento e que a política pública que esteja
88 recebendo mais do que a inflação, implica na redução das despesas pelas demais políticas pois não é permitido
89 esse desequilíbrio orçamentário. Aponta que as políticas que conseguiram garantir minimamente investimentos
90 foram as políticas de educação e saúde pois estão garantidos pela Constituição Federal enquanto as demais lutam
91 para o não congelamento e necessidade de resistência das políticas e a necessidade de mobilização dentro das
92 Conferências a manifestação contra esta emenda constitucional 95. E que precisamos acompanhar o Executivo
93 quanto a execução do orçamento e avaliar a efetividade das ações propostas, a definição dos critérios e
94 parâmetros conforme a realidade do município. E também garantir meios para que o orçamento seja mais
95 transparente, debatido pela sociedade e dentro dos Conselhos precisamos discutir com maior detalhamento dos
96 recursos destinados a demais políticas para concluirmos se de fato está atendendo a criança e adolescente
97 trabalho. E a necessidade de intensificar ações de captação de recursos para promover a equidade, diversidades,
98 participação popular e que o financiamento é a alma das políticas públicas é preciso desburocratizar o
99 financiamento. Termina sua fala apontando o desafio de debater o orçamento, mesmo não tendo entendimento.
100 Rejane agradece a fala reforçando quanto é desafiador a discussão sobre Orçamento. Na sequência apresenta o
101 palestrante Reinaldo que versa sobre o eixo IV – Participação, comunicação e protagonismo de crianças e
102 adolescentes. Faz resgate histórico sobre a concepção de Estado e que na perspectiva dominante a doutrinação
103 sempre aconteceu e que isso tem consequências na forma de participação. E que hoje temos como exemplo a
104 escola sem partido que tem sido debatido, congelamento de gastos entre outros. E que toda participação é uma
105 conquista e /ou concessão e que isso impacta na forma de participação principalmente quando ela se dá por uma
106 conquista ela é duradoura e que estes canais devem estar abertos. E que promover canal de participação é
107 trabalhoso e que esse processo democrático tem que promover a liberdade de expressão. E que no espaço
108 democrático os servidores públicos, tem mais liberdade e que espaço privado temos a cultura do silêncio. Esta
109 cultura não permite o debate, e não temos locais para promover o debate que sejam reverberados e tenham
110 efetividade. E como temos pensado a comunicação é também cerceada ou é livre, pensando em uma sociedade
111 que não é democrática e que é permissiva até onde os dominantes permitem e que isto é realizado por países
112 desenvolvidos em desenvolvimento. E aponta se as crianças e adolescentes, tenham ampliação no espaço
113 democrático e que mesmo não tendo possibilidade de participação como conselheiros, nada impede a
114 formalização de um conselho de crianças e adolescentes para participar dos espaços de discussão dentro do
115 CMDCA. E como provocação a plenária fala que internet tem sua utilização para bem e para mal e que os agentes
116 que fazem verificação dos fake News pelas mídias que controlam os conteúdos veiculados pela classe dominante.
117 E que se colocou à disposição para trabalhar com crianças e adolescentes dos eixos com uma linguagem mais
118 adequada se esta proposta terá efeito só o tempo dirá, mais é um processo de participação destas crianças e
119 adolescentes. Rejane retoma a fala agradece e passa a palavra para o palestrante Marco Antonio que abordara o
120 eixo V- Espaços de gestão e controle social das políticas públicas de promoção proteção e defesa dos direitos das
121 crianças e adolescentes. Inicia sua fala dizendo que devemos pensar nas crianças e adolescentes vulneráveis, mas
122 também para aquelas que ainda não estão vulneráveis. E que o Ministério público e Judiciário que também atuam
123 com situações graves. E que precisamos buscar saídas e que o gestor público não é dono do Estado e que não é
124 do povo. E que participação pode ser conquista e concessão, tem como preocupação o reconhecimento da criança
125 e adolescentes, essa participação hoje, infelizmente está atendendo a urgência e não efetivo cumprimento do
126 direito mas com uma realidade de um Estatuto que tem negado os direitos. E que o Orçamento deve priorizar
127 crianças e adolescentes e também para famílias. E que a participação tem existido mas que precisamos avançar,
128 pois as situações denunciam que temos que comprometer a sociedade pois na sua visão a política não existe,
129 mais permanecem políticos com discursos e que não vemos a realidade se transformando e que necessário a
130 participação da sociedade e deve ser intensificado a possibilidade de participação efetiva na perspectiva de acesso
131 a direitos e que precisamos trazer mais atores para o debate para atendimento a criança e adolescente e podemos



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

132 alcançar o que está preconizado na Constituição, um Estado e sociedade livre, justo e democrático. Rejane
133 agradece a fala dos palestrantes. Ao término das falas dos palestrantes, iniciamos o debate com a abertura de
134 perguntas por escrito para os palestrantes, as primeiras perguntas foram direcionadas para a Promotora Aletéia
135 e servidora do CREAS 2 Flávia: Como promover a criticidades nos adolescentes nem contexto em que há o abuso
136 de poder por parte da polícia? Casos de adolescentes que diariamente são ameaçados e confundidos pela polícia,
137 e sofrem a opressão por serem pertencentes no contexto de famílias envolvidas com o tráfico. Mas esses
138 adolescentes buscam outras oportunidades que não o tráfico? Feita pela Assistente social Isabel da Guarda Mirim.
139 A segunda pergunta foi: Como atuar em rede com a questão da disputa pública por orçamento presente? A
140 terceira pergunta direcionada para Promotora Aletéia: Para a rede encaminhar a criança quando a gente, percebe
141 que há algo por trás, do comportamento que apresenta? A quarta pergunta direcionada para todos os
142 palestrantes sobre controle social: foi falado da participação, controle e acompanhamento do orçamento e
143 também de promover junto à sociedade essa maior participação. Porém as audiências de LDO/PPA/LOA sempre
144 estão esvaziadas nem a rede de proteção se faz presente. Como podemos mudar esse comportamento de pessoas
145 que nem conhece muito desta política, se nem a rede se compromete? Também as metodologias aplicadas para
146 maior participação? Feita pela Juliana Moreno do Conselho Tutelar Oeste. Na sequência foi feito uma pergunta
147 também sobre controle social: No que se refere a questão de controle social como caminho para a garantia de
148 uma política de proteção integral à criança e adolescente, gostaríamos de saber porquê da não efetivação do
149 protocolo da rede de proteção à criança e adolescente vítima de violência em Londrina. O que vemos são serviços
150 se debatendo e criando seus próprios fluxos? Próxima pergunta foi direcionada a Promotora Aletéia feita pela
151 Magali do Núcleo Espirita Irmã Sheilla: O que dizer das exposições de criança entre 1 a 06 anos, em vídeos onde
152 as vezes sendo machucadas e se mostra como uma brincadeira, para aparecer na TV, como por exemplo, Vídeo
153 Cassetadas no Programa do Faustão. Isso deixa a proteção a desejar com a lei? Em seguida Jair da pastoral do
154 menor e semiliberdade (Cense) pergunta: Sabendo da vulnerabilidade das famílias e da negação dos seus direitos
155 constitucionais. Como garantir as condições para as famílias cuidarem e educarem os seus filhos, invertendo a
156 lógica do cobrar e punir? Encerramos o ciclo debates que tiveram boas argumentações e foi bastante produtivo
157 para todos os participantes. **2. Informes:** Conselheira tutelar Carla faz informe sobre a atividade no Semana da
158 Criança no mês de Julho que terá no dia 14 de julho com palestras, atividades lúdicas e barracas de saúde que
159 acontecerá no Estádio Vitorino Gonçalves Dias. Sem mais a constar, Eu, Ana Maria do Nascimento, lavrei e a
160 presente ata para apreciação pela plenária.